

As Territorialidades Insurgentes do Gigante Desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas Dinâmicas Territoriais *Insurgent Territorialities of the Awaken Giant: 2013 Brazilian June Journeys and its Territorial Dynamics*

Gustavo Souza Santos¹, Maria das Graças Campolina Cunha²

¹ Faculdades Integradas Pitágoras, gustavo.ccpv@gmail.com

² Universidade Estadual de Montes Claros, gracapira@yahoo.com.br

Recebido (Received): 21/02/2018

Aceito (Accepted): 29/05/2018

Resumo: Em 2013, protestos de iniciativa do Movimento Passe Livre contra o aumento da tarifa de transporte público na cidade de São Paulo tornou-se o estopim para a eclosão de manifestações sistêmicas por todos os estados brasileiros, o Distrito Federal e cidades do exterior. As vozes eram polissêmicas e vocalizavam por demandas sociais como transporte, saúde, educação, bem como protestos contra a corrupção. As manifestações com escopo ampliado se difundem pelo território nacional arregimentadas pela autonomia da comunicação via redes sociais, fazendo do mês de junho uma odisséia de insurgência: as jornadas de junho. Objetivou-se aqui analisar as dinâmicas territoriais destas manifestações. A pesquisa se apoia na análise documental de conteúdo noticioso para refletir sobre os contextos dos atos como sua difusão pelo país, a participação de cada estado, a conjuntura de sua territorialidade, multiescalaridade, suas redes e ativismos on-line. A mobilização de junho de 2013 compreendeu a formação de territorialidades de insurgência, fortalecidas pela comunicação autônoma proporcionada pelas redes sociais, difundindo suas mensagens e integrando os sentimentos de insurgência. O movimento apropriando-se do espaço pela tomada das ruas, desenvolveram uma mobilização reticulada que encontrou ressonância em todos os locais onde os atos se concentraram de modo multiescalar. O usufruto da comunicação digital como indumentária fez do ciberespaço um novo meio com o qual experiências socioespaciais podem se desencadear, como no ativismo despertado nas jornadas de junho.

Palavras-Chave: Jornadas de Junho. Territorialidades. Território. Movimentos sociais.

Abstract: In 2013, protests by the Free Pass Movement against the increase in the public transportation fare in the city of São Paulo became the trigger for the outbreak of systemic manifestations in all Brazilian states, the Federal District and cities abroad. Voices were polysemic and voiced by social demands such as transportation, health, education, as well as protests against corruption. Demonstrations with an expanded scope spread throughout the national territory regrouped by the autonomy of communication through social networks, making the month of June an insurgency odyssey: June Journeys. The objective was to analyze the territorial dynamics of these manifestations. The research is based on documentary analysis of news content and online social networks to reflect on the contexts of acts such as its diffusion through the country, the participation of each state, the conjuncture of its territoriality, multiscalarity, its networks and online activism, line. The mobilization of June 2013 included the formation of insurgency territorialities, strengthened by the autonomous communication provided by social networks, disseminating their messages and integrating the feelings of insurgency. The movement appropriating the space by the taking of the streets, developed a reticulated mobilization that found resonance in all the places where the acts concentrated of multiscale way. The enjoyment of digital communication as clothing has made cyberspace a new medium with which socio-spatial experiences can be triggered, as in the activism awakened in the June Journeys.

Keywords: June Journeys. Territorialities. Territory. Social movements.

1. Introdução

Em 2013, protestos de iniciativa do Movimento Passe Livre contra o aumento da tarifa de transporte público na cidade de São Paulo tornou-se o estopim para a eclosão de manifestações sistêmicas por todos os estados brasileiros, o Distrito Federal e cidades do exterior.

As vozes eram polissêmicas e vocalizavam por demandas sociais como transporte, saúde, educação, bem como protestos contra a corrupção. As manifestações com escopo ampliado se difundem pelo território nacional arregimentadas pela autonomia da comunicação via redes sociais, fazendo do mês de junho uma odisséia de insurgência: as jornadas de junho. Objetivou-se aqui analisar as dinâmicas territoriais destas manifestações.

A pesquisa se apoia na análise documental de conteúdo noticioso para refletir sobre os contextos dos atos como sua difusão pelo país, a participação de cada estado, a conjuntura de sua territorialidade, multiescalaridade, suas

redes e ativismos on-line. A pesquisa se apoia na análise documental do conteúdo noticioso dos três jornais de maior circulação (Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão) no período compreendido pelas manifestações (junho de 2013), conforme auditoria do Instituto Verificador da Comunicação (IVC).

A mobilização de junho de 2013 compreendeu a formação de territorialidades de insurgência, fortalecidas pela comunicação autônoma proporcionada pelas redes sociais, difundindo suas mensagens e integrando os sentimentos de insurgência.

O movimento apropriando-se do espaço pela tomada das ruas, desenvolveram uma mobilização reticulada que encontrou ressonância em todos os locais onde os atos se concentraram de modo multiescalar. O usufruto da comunicação digital como indumentária fez do ciberespaço um novo meio com o qual experiências socioespaciais podem se desencadear, como no ativismo despertado nas jornadas de junho.

2. Desenvolvimento

As duas semanas que mudariam a história da política brasileira começaram de forma prosaica, com mais um protesto desinteressante, fadado a ser uma notinha de jornal. Os outros seis atos se sucederam cheios de novidades: jovens dispostos a resistir à PM, arregimentados pelas redes sociais, lidando com o tradicional despreparo das autoridades (Estadão, 23 jun. 2013, p. 14).

Os protestos registrados em junho pareciam fadados a uma parca cobertura midiática, uma tranquila relação com os governos e baixa atenção da opinião pública. Tão logo surgiram, foram tipificados como costumeiros, corriqueiros, eventos de praxe. O modelo de insurgência e de manifestação de contrapoder parecia desgastado no imaginário popular, todavia a sucessão de fatos que se arrolou como uma jornada insurgente, fez do mês de junho um polo de atenção.

A atenção despertada ao longo de 14 dias (com flexões em datas anteriores e posteriores) furtou não apenas o fôlego da imprensa, mas também do Estado, que estabeleceram guerras simbólicas e de legitimidade dos manifestantes, seus métodos e os teores próprios que deram tônica aos atos. Todavia, ao centro do palco dos acontecimentos foi possível observar uma nova roupagem dos históricos movimentos sociais que tomam as ruas, com novas incursões sobre o espaço do qual ocupam e se apropriam, revelando dinâmicas mais intrincadas.

Entre a dificuldade de recepção inicial dos protestos e a inabilidade de negociações por parte do Estado, os manifestantes cobriram os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. Manifestações ocorreram em 538 municípios (**Figura 1**), entre capitais, regiões metropolitanas e cidades de maior e menor porte, numa estimativa de 2,7 milhões de participantes no período compreendido pela jornada. Reflexos dos protestos ganharam ainda contornos em 73 cidades no exterior, como uma inflexão solidária ao contexto trazido pelas ruas.

Do epicentro paulistano às reverberações pelo território nacional, os manifestantes projetaram suas reivindicações e desenvolveram sua performance de insurgência ocupando ruas, praças, centros de governança e outros espaços públicos, apropriando-se não apenas do terreno de sua prática, mas da radicação simbólica que o espaço produzido e produtor possui.

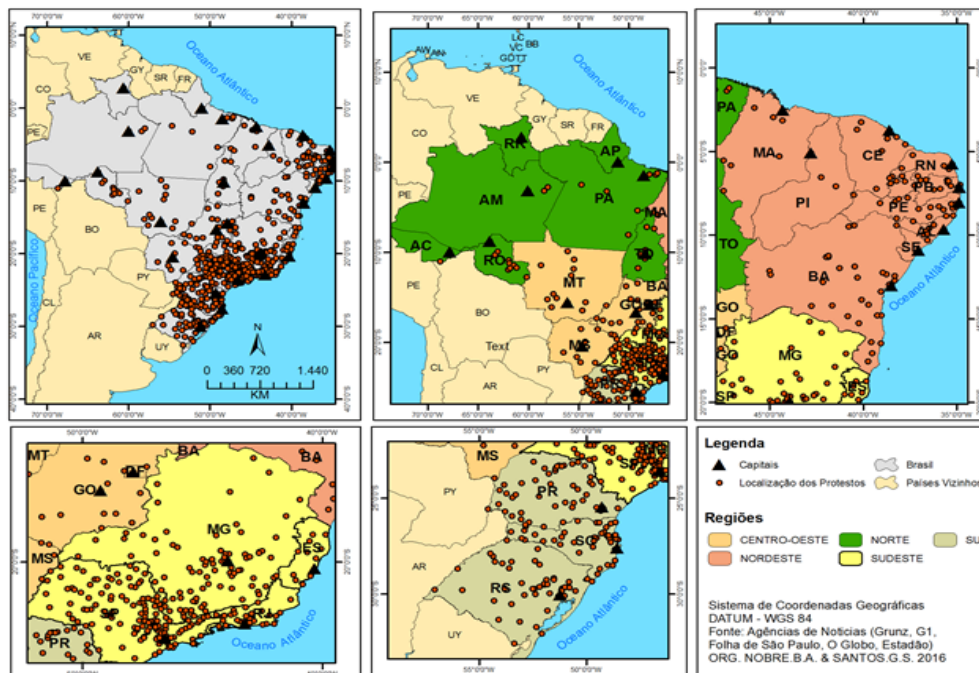


Figura 1: Localização dos protestos por cidade

Há uma partilha contextualizada e significativa entre mobilizações sociais e o espaço, de forma que uma relação de indissociabilidade se estabelece para que o conteúdo de insurgência se estabeleça, se externalize e tenha contornos. O corpus ativista pressupõe dinâmicas socioespaciais, onde o sujeito tem no espaço a capilaridade necessária para desencadear suas pulsões sociais e políticas sobre objetos diversos.

As manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas do país, tinham reivindicações sociais diversas (saúde, educação, transporte), além de críticas contra a corrupção [...] (Estadão, 21 jun. 2013, p. 18).

Um grupo de jovens passou a madrugada de ontem acampados na Avenida Delfim Moreira. [...] Na pauta do protesto, melhorias em saúde e educação, crítica ao alto investimento para a Copa e a defesa da CPI do transporte público (Estadão, 23 jun. 2013, p. 10).

Nos protestos, os pedidos de reforma do sistema de representação se misturam aos cartazes defendendo transporte mais barato, melhorias na saúde e na educação, transparência nos gastos públicos e combate à corrupção (Estadão, 24 jun. 2013, p. 7).

“Diálogo é uma passo importante, mas sem ações concretas, não existe avanço”, disse uma das líderes do movimento (Estadão, 25 jun. 2013, p. 6).

Eis que os espaços públicos passaram a reunir uma coalizão de vozes. Saúde, educação, transporte e combate à corrupção foram temáticas repetidas vigorosamente em gritos e letrados. A consciência do gestual de protesto e a convicção das razões de engajamento sustentadas na agenda amplamente manifesta evidenciava atores sociais desencadeando, a partir da insurgência, um programa sociopolítico.

O exercício desse programa sociopolítico e insurgente se estabelecia não apenas concretamente nas passeatas, ocupações e resistências, mas também de modo abstrato pela representação intensa que o convite e a vivência das ruas permitia. Isto é, no espaço, do espaço e pelo espaço, relações objetivas e subjetivas se entrelaçavam formando uma malha que era simultaneamente episódica - por se tratar de uma mobilização finita - e perene - já que a atividade significava uma consciência espacial transformadora.

Uma malha se formava nesse movimento de forças sociais, políticas e relacionais, fundamentando uma noção territorial ante ao caráter episódico a que as manifestações representavam. A partir da apropriação do espaço, que é anterior ao território e que se manifestou como vitrine dos atos, concreta ou abstratamente, é o que o sujeito faz do espaço um território. Afinal, o território é resultante das ações sintagmáticas dos sujeitos sobre o espaço, desvelando programas próprios (RAFFESTIN, 1993).

As manifestações que foram delineadas pela apropriação espacial e pelo exercício de um conjunto de ações constituídas em projeto reivindicatório denotam a formação de um território insurgente dentro do próprio sistema territorial nacional, composto pelas relações e dimensões que o caracterizam dentro desse domínio fronteiro, sociopolítico e cultural.

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

Esse processo territorial de que menciona Raffestin (1993) em sua Geografia do poder, isto é, do espaço efetivado como produto dos atores sociais, é reconhecido nos acampamentos montados pelos manifestantes em vias públicas de grande fluxo, pela apropriação do tráfego ou pela abertura ao diálogo com os diferentes sistemas de exercício de poder e governança por parte dos querelantes.

As jornadas de junho se efetivaram por meio de uma sobreposição de camadas: as prerrogativas da história trazidas à lembrança, os contextos sociais das cidades trazidas à tona e as contradições que arrocham a experiência cotidiana trazidas às ruas. Assim, afirmar uma ativação territorial no movimento é debruçar-se sobre a necessidade epistemológica de compreensão do território como fruto de relações espaçotemporais, isto é, movidos por processos relacionais e históricos.

Ora, Saquet (2009) discute que o território se descola da definição do espaço na medida em que compreende como características as relações de poder, as identidades e os processos espaçotemporais. Sendo assim, o território se define como uma construção coletiva e multidimensional, composto por múltiplas territorialidades, essas alimentadas pelas relações e dinâmicas desenvolvidas no espaço apropriado e ativado que se tornou território (SAQUET, 2007; 2009; 2011).

Destarte o objeto de discussão aqui empreendido se concentra na mobilização social de um movimento insurgente que sob o espaço desenvolve trajetórias de reivindicação, abre-se a discussão para funcionalidades e formatos de poder, já que os atos se desencadeiam em confronto aos sistemas e programas de poder, sejam eles de representatividade política ou de legitimação de estruturas sociais e de expansão de contradições socioespaciais.

Na medida em que se entende que o território se efetiva “como extensão espacial apropriada e usada”, é premente a necessidade de “pertencer àquilo que nos pertence” (SILVEIRA, 2011, p. 39), efetivando-se a produção de territorialidades. Quando o objeto remete a manifestações sociais marcadas pelo caráter de evento, o processo territorial é compreendido pela forma com que tais atos se instauram sobre o espaço apropriado. Assim, as territorialidades se efetivam na medida em que o próprio circuito insurgente é uma malha espacializadora a comportar sujeitos e suas relações.

Ora, a “territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados” (SACK, 2011, p. 63). E ainda, trata-se de “um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos” (SAQUET, 2009, p. 88).

A contiguidade das manifestações de junho de 2013 se estabeleceu e obteve aderência porque as dinâmicas de sua fundamentação denotavam processos humanos de produção de sentido e experiência coletiva com o espaço e a ordem social da qual os sujeitos - sejam manifestantes ou apoiadores - participam.

Entende-se que a insurgência que se dá no alastramento de uma comunicação de querela e reivindicação é uma expressão de poder social. Poder exercido por sujeitos que conscientes do espaço apropriado - isto é, seu território - e que, diante de programas de ordenamento, se tornam exercícios de contrapoder. Tais exercícios tem no espaço sua radicação, em outras palavras, a mecânica e o suporte de seu gestual, mas também o próprio diapasão de sua intenção.

A territorialidade é histórica e relacional. Ela abriga em si temporalidades e espacialidades por meio de processos relacionais que têm pregnância no reconhecimento identitário e na expressão de pertencimento. E se a

territorialidade é um ato de pertencer o que se pertence, torna-se manifestação ruidosa, uma vez que a identidade, o pertencimento ou as relações humanas se caracterizam pelo vitrinismo de seu fragor e em externalizar sua essência.

Entende-se que as territorialidades efetivam-se por meio das relações de apropriação do espaço, das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, do exercício de dominação e de identidade e toda sorte de relações sociais estabelecidas entre os sujeitos e seus lugares de vida (SAQUET, 2009). Tal prospecto não implica em condições de estabilidade e bonança, mas compreendem lutas e contrários, dos quais a mobilização social é resposta frequente.

As territorialidades estendem-se ainda como mediação simbólica, cognitiva e prática da qual a conjuntura material dos lugares incute na ação social (DEMATTEIS, 1999). Afinal, “estão ligadas intimamente a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar” (SAQUET, 2009, p. 88). Territorialidades, assim, não se resumem a um conceito estático ou como uma camada socioespacial, mas são pulsões de ação per si.

Em última instância, as territorialidades correspondem às ações humanas, como projetos de controle, influência e transformação de cenários, objetos e relações em determinados conjuntos de área, entende Saquet (2009), que ainda acrescenta:

É nesse sentido que entendemos o território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade. Na natureza, o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes [...] (p. 87).

O que junho de 2013 testemunha é uma mobilização em torrentes. Torrentes que abarcam as particularidades de cada lugar que se tornou um ponto de difusão, onde a variabilidade geográfica e histórica não se tornou fator de dispersão, mas acentuaram um caráter cooperativo particular. O desdobramento dos primeiros atos se tornou um dispositivo detonador de novas ações e como tal, ativou as territorialidades compostas pelo conteúdo sócio-histórico-espacial que habitam as malhas do país em seus múltiplos nós e redes.

Na passeata, a busca de soluções coletivas (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).

[...] movimento pelo transporte despertou a luta por objetivos comuns (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).

A relação entre passagens caras e transporte precário ganhou facilmente uma analogia com impostos altos e serviços de saúde, educação e segurança ruins. De longe, a pauta parece extensa e vaga. Para os manifestantes - pessoas de todas as idades, predominantemente com ensino superior ou médio, no caso dos adolescentes -, parece lógica e viável, embora a luta seja longa (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).

Acompanhou-se o movimento tenaz de uma tessitura vívida e intercomunicante pelos arranjos do passado, pelos cenários presentes e por projetos de vida e sociedade que fazem parte do devir de todo cidadão. Unidos por uma territorialidade que congregava com uma solidariedade socioespacial pautas, demandas e reivindicações, os manifestantes cobriram o território nacional munidos de suas vozes e do sentido de poder que o pertencimento e a coletividade lhes dava.

Os noticiários deram conta de uma mobilização volumosa e audível nas ruas do país, percorrendo todas as unidades federativas, em uma espécie de interconexão solidária que fazia de cada ato uma continuidade de outros, mesmo que não houvesse necessariamente uma comunicação efetivamente logística para tanto. A fecundidade do chão das ruas, entretanto, se acentuava no sentimento dos manifestantes e nas pautas levantadas amplamente identificadas com cada realidade.

A espontaneidade do movimento chamava atenção. Embora as ligações de agenda, de sentimento e voz se mostrassem alinhadas e dispostas a causar efeitos, o movimento devia em organização. A volatilidade dos atos e a falta de foco transformava os atos em alvos simbólicos fáceis e arrefeceram posteriormente suas chances de legado

prático. A unidade de manifestação face à diversidade de ação estabelecia um litígio popular contra o status de diversos aspectos essenciais à vida urbana em um projeto de país isonômico.

A vez do povo desorganizado (Folha, 30 de jun. 2013, p. E10).

Há um desencontro entre os cidadãos e seus governantes (Folha, 30 de jun. 2013, p. C7).

A química das massas é volátil, incendiária e instável, apesar de a maioria ser pacífica (Folha, 1 jul. 2013, E10).

[...] o povo livre invadindo as ruas, sem um foco único (Folha, 1 jul. 2013, A3).

Mesmo sem foco, sem planejamento a longo prazo ou qualquer organização que tipifica movimentos sociais e suas manifestações, as jornadas de junho avançaram sobre as ruas do país. Os atos que se sucediam, detonados pela mobilização paulistana, geram focos de combustão e vitrine para que cidades de outros estados estabelecessem suas próprias trajetórias de insurgência. Alimentadas pelos contextos sócio-histórico-espaciais, as manifestações se complexificavam em uma espécie de teia aditivada pela territorialidade de insurgência que os unia e pelas (des)continuidades espaciais.

A caracterização noticiosa dos protestos apontava as narrativas de “povo desorganizado”, “massas”, “desencontro” e “volátil, incendiária e instável” como escolha lexical de depreciação suave em um eufemismo sutil e oculto, implicando rigor jornalístico. Ao mesmo tempo, expressões como “povo livre” e “apesar de a maioria ser pacífica” eram pulverizadas nos textos como forma de trazer às jornadas de junho as mesmas narrativas dos movimentos sociais costumeiros.

O discurso jornalístico, nessa perspectiva, pode ser analisado sob dois pontos. O primeiro diz da tipificação e caracterização dos atos como manifestações corriqueiras, estanques, das quais as páginas de jornais noticiam e a atomização narrativa deturpa seu valor ou sua pertinência sociopolítica, designando um viés elitizado de entender os participantes da vida pública, política e democrática.

O segundo ponto de análise, todavia, parece não ser consciente dos veículos de mídia: a incapacidade de nomear e caracterizar as manifestações em curso. E mesmo sendo consciente, o jogo simbólico se traduziria como uma pressa editorial em argumentar sobre sua tessitura que, complexificada, não era passível de generalizações ou reducionismos enquanto se desencadeava.

Os atos de fato não concentravam foco e objetividade, as multidões estavam unidas sob sentimentos de mudança e a heterogeneidade espontânea era visível, mas reduzir os eventos a uma narrativa de euforia, era restringir outros significados ora latentes, ora patentes. As relações que costuraram os atos em 538 cidades brasileiras denotavam a territorialidades cotidianas, isto é, o “conjunto de relações estabelecidas na vida em sociedade mediada pelo trabalho, pelo poder e pela linguagem” (SAQUET, 2011, p. 22).

Pois bem, a territorialidade é um conceito prático eminentemente relacional, isto é, se desenvolve por meio de relações sociais. Sua produção e sua reprodução estão ligadas a interações que os sujeitos desenvolvem e seus efeitos para o ordenamento da estrutura territorial, da tessitura que os vincula e emancipa como territorialidade. Nessas relações, operam a intercomunicação dos sujeitos pelos códigos e símbolos compartilhados, pelas causas que os animam, pelas relações de poder (ou contrapoder) e toda sorte de dinâmicas afetivas.

Ocorre que o caráter das relações sociais possui dinâmicas não apenas subjetivas, isto é, limitadas ao domínio eu e da posse imediata, mas indicam objetividades também. Em outras palavras, na experiência da territorialidade está contido um exercício afetivo sobre o espaço e sobre os objetos e eventos nele arrolados. Esse exercício afetivo não é apenas expressão emocional do particular e do privado, mas é um estímulo-reação para a objetividade de vida, manifestada nos processos de luta e contestação das estruturas de poder e contrariedades.

Considerando a territorialidade per si ou a territorialidade insurgente, como aqui se pleiteia, é possível observar o mesmo espectro no tocante às mobilizações sociais. Castells (2013, p. 22) entende os movimentos sociais, nesse sentido, como dispositivos iminentemente emocionais:

A insurgência não começa com um programa ou uma estratégia política. Isso pode vir depois, quando surge a liderança, de dentro ou de fora do movimento, para fomentar agendas políticas, ideológicas e pessoais que podem ou não relacionar-se às origens dos participantes do movimento. Mas o big bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação. Segundo a teoria da inteligência afetiva, as emoções mais relevantes para a mobilização social e o comportamento político são o medo (um afeto negativo) e o entusiasmo (um afeto positivo).

Considerando o exercício emocional uma forma de ação no movimento de insurgência, Castells (2013) aponta que a mobilização tem que ver com a apreciação ou depreciação coletiva. Se comportamento insurgente depende do medo e do entusiasmo, apenas quando estes são difusos e coletivizados é que um movimento pode ser categorizado. A pregnância da afetividade nesse sentido é servir de duto para os fluxos de ativismo.

Os indivíduos entusiasmam-se quando são mobilizados para um objetivo que apreciam. É por isso que o entusiasmo está diretamente ligado a outra emoção positiva: a esperança. A esperança projeta o comportamento no futuro. [...] Contudo, para que surja o entusiasmo e aflore a esperança, os indivíduos precisam superar a emoção negativa resultante do sistema motivacional de evitação, a ansiedade. A ansiedade é a reação a uma ameaça externa sobre a qual a pessoa ameaçada não tem controle. Assim, a ansiedade leva ao medo e tem sobre a ação um efeito paralisante. A superação da ansiedade no comportamento sociopolítico frequentemente resulta de outra emoção negativa, a raiva (CASTELLS, 2013, p. 22).

No jogo de emoções postulado por Castells (2013), os afetos em torno da ansiedade e do medo possuem uma trajetória de propulsão antes de se tornarem entusiasmo e esperança. A ansiedade que embala as experiências dos contrários sociais e que se perpetua no medo que paralisa, tem sua transformação superadora a partir do sentimento de cólera, da raiva que surge com a identificação das injustiças e estruturas deflagradoras de opressão. A matriz da raiva nas jornadas de junho pode ser observada no vigor das vocalizações em cada ato, no litígio entre povo e Estado como comunicavam os jornais.

Castells (2013), contudo, pondera que para que a ativação emocional em um movimento social se efetive, esta deve ser coletiva, isto é, deve envolver outros indivíduos. Se diversos indivíduos se sentem mal representados ou lesados de alguma forma, isto os capacita e estimula à ação. Imbuídos, os indivíduos passam a destravar dois processos: “a consonância cognitiva entre emissores e receptores da mensagem e um canal de comunicação eficaz” (CASTELLS, 2013, p. 23).

Esta consonância cognitiva entre os indivíduos é alcançada quando os teores e as causas mais profundas da ação são internalizados por um contingente social por meio da empatia, da autoidentificação e do cruzamento de narrativas, isto é, uma solidariedade partilhada. A própria visão de mundo se enriquece de outras e vice-versa gerando uma relação de proximidade entre os envolvidos. Em junho de 2013, a circunscrição geográfica marcada pela distância espacial como contextual se vê perpassada por um sentimento inequívoco de empatia e proximidade.

A outra condição para a eclosão de movimentos sociais é a existência e funcionamento de um processo de comunicação que difunda, propague e unifique mensagens e teores. A comunicação gera influxo para a ação. Nos eventos postos em análise, a cobertura midiática foi decisiva para que isto ocorresse. E desta vez, a comunicação não ficou restrita à imprensa tradicional ou aos grandes grupos de mídia, mas tiveram papel decisivo as redes sociais com sua comunicação viral, interativa e autônoma.

A disseminação de mensagens e signos visuais pela imprensa e redes sociais cooperou para que a manifestação atrelada aos intentos do MPL se transmutasse em uma luta ampliada cuja patência despertou outras dormências, ativou exercícios afetivos de ação e fizeram com que o gigante acordasse. Metáfora não apenas alusiva, mas sustentável na medida em que traduzem o ímpeto catártico e político por trás de mobilizações sociais.

As cenas das ruas televisionadas, transmitidas e presentes em múltiplas interfaces de texto reportavam o tratamento dado aos atos, as respostas iniciais das autoridades e a ação policial. Ao mesmo tempo, de modo autônomo, relatos e convites se difundiam pelas timelines de modo orgânico e viral. Enquanto as narrativas da imprensa tradicional transitavam em que foco aplicar sobre os fatos, a velocidade do ciberespaço permitia o exercício emocional necessário para que os atos de tornassem jornadas.

Outro elemento catalisador do empreendimento de insurgência das jornadas de junho foi um aditivo essencial da experiência territorial: a (s) identidade (s). Nos eventos de junho, foram postas em fluxo uma identidade em conjunto, isto é, um cabedal identitário que dava roupagem ao movimento, com a qual os manifestantes e qualquer um que a endossasse podiam adotar e que continha as minúcias e variedades identitárias da própria diversidade identitária que caracteriza os cenários dos quais as manifestações integraram.

O exercício de insurgência e o caráter de luta estavam nutridos do exercício emocional feito ação, mas sua ligação só foi possível pela comunicação de uma estrutura identitária comum feito indumentária de ação, comunicada e difundida pelos canais midiáticos e pelo vitrinismo dos atos. Os que aderiram ao movimento internalizavam essa identidade comum na medida em que externalizavam a própria identidade e dava cabo do exercício catártico e político do momento.

A experiência do espaço permite aos sujeitos desempenharem seus papéis na construção das próprias narrativas e trajetórias. Na conjuntura de junho de 2013, no qual uma territorialidade foi empreendida por meio de uma insurgência por contágio e solidariedade, cada lugar funcionava como recôndito e microdetonador de histórias, dinâmicas e relações. Naturalmente, a coletividade gestada é acompanhada de um exercício identitário.

Hall (2006) argumenta que na medida em que as sociedades se tornam mais complexas, elas adquirem um caráter mais coletivo e social. A coletividade e a sociabilidade em potencial de que se pode observar na complexidade social contemporânea, leva os sujeitos a comporem sua própria história e trajetória com elementos contextuais à sua volta, tornando sua própria ação social mais engajada e identificada no outro, nos lugares, nos cenários.

Diante da forma coletiva, social e engajada que a sociedade moderna pode representar face a complexidade de seu ordenamento, é corrente que os sujeitos exercitem um tipo identitário pautado na gestão da mudança: a identidade de projeto. Castells (1999) discorre que uma identidade de projeto ocorre quando os sujeitos de posse de algum material sociocultural, constroem identidade por meio de posicionamentos pautados pela transformação social.

O caso de junho fornece essa cadência quando ativados pela comunicação dos atos, se imbuem das causas, despertando em si os valores e emoções da ação de insurgência e passam a abraçar a tessitura identitária coletivamente fiada pelos que aderem e suportam a mobilização, evidenciando uma identidade que particulariza e define, mas que é marcadamente ativa e tem sua realização no pleito da transformação social.

“Podemos ser qualquer pessoa [...], uma pessoa sozinha não faz uma manifestação” (O Globo, 16 jun. 2013, p. 6).

“As 20 mil pessoas que estão ali são estudantes, trabalhadores, pessoas que estão desempregadas, que apostam nessa luta como forma de ter uma cidade mais justa e alcançar seus direitos” (O Globo, 16 jun. 2013, p. 6).

Pelas ruas [...] um clamor popular por várias causas, de vários rostos, com várias ênfases (Estadão, 21 jun. 2013, p. 19).

Há muita luta por reconhecimento e identidade no momento atual, além de muito desejo de participação (Estadão, 22 jun. 2013, p. 2).

Essa identidade integradora e de projeto se verifica nas evocações “podemos ser qualquer pessoa”, “vários rostos” e “várias ênfases”, como reportava a imprensa. Uma identidade que além de engajada no terreno de sua ação, é uma espécie de pacto que não concebe a diferença ou distância como limitações, mas pelo espaço em que sua ação se realiza e gera territorialidade, se anelam e se imbuem das mesmas pautas, tecendo um único tecido insurgente.

O espírito de engajamento, de luta, o sentido estabelecido em estar nas ruas e em apoiar o movimento tornam-se expressões identitárias fertilizadas pelas relações do sujeito com o espaço e a imbricação de significados emanados dele, e reforçadas pela unidade promovida pelas territorialidades de insurgência. Espaço e territorialidade são embebidos de expressões identitárias arroladas em um projeto coletivizado, marcado por um programa insurgente.

A coletivização traduzida nas relações, no engajamento e na identidade dos atos deixam de nomeá-lo apenas como fenômeno, como dão conta os textos noticiosos. Mas para os manifestantes, trata-se de um circuito, um projeto em andamento, um programa como se nota na consciência de grupo em “uma pessoa sozinha não faz manifestação”, “há muita luta por reconhecimento e identidade” e “muito desejo de participação”.

Nota-se que com os “vários rostos, várias causas e várias ênfases”, os manifestantes introjetaram ao mesmo tempo em que constituíram o programa das jornadas em si mesmos, programa este que deriva da identidade que, por sua vez, deriva de dinâmicas relacionais provenientes de uma territorialidade que une espaço e insurgência.

Neste programa comum, observa-se um contexto tríplice de formação do fenômeno insurgente: as relações dos sujeitos com o espaço, a construção espacial destarte a experiência dos sujeitos e face às territorialidades, e os efeitos do pulso sociopolítico e democrático de construir a realidade a partir do espaço e sua apropriação efetiva.

A expressão identitárias das manifestações potencializa e renova as relações dos sujeitos com o espaço, ultrapassando o ideário comum de substrato e, pelas vias da apropriação, retomando a consciência espacial. Isto é, novas espacialidades e dinâmicas são construídas no despertar de novas apropriações, utilizações, experiências e integrações à coletividade. Retomando a consciência e a apropriação do espaço, constrói-se o espaço de modo efetivo. E esta construção se dá material e imaterialmente.

Nesta retomada espacial, novas dinâmicas entre os sujeitos e seus espaços são aplicadas e, em seu conjunto, por meio das relações estabelecidas (territorialidades), produzem efeitos sociopolíticos e democráticos na perspectiva do participante e do constructo social. Isto é, redescoberta do espaço, engajamento em causas sociais, culturais e políticas, ações práticas de participação e movimentação.

Tendo sido estabelecida a premissa de protesto, as vozes das ruas demandavam por serviços públicos e sociais em defasagem. Todavia, estava presente na conduta dos manifestantes um discurso de insatisfação política, isto é, de má representatividade, endereçando ao poder político suas queixas e reivindicações.

As manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas do país, tinham reivindicações sociais diversas (saúde, educação, transporte), além de críticas contra a corrupção e um grito de guerra em comum: “Sem partidos” (Estadão, 21 jun. 2013, p. 18).

O sentimento antipolítica não se restringia aos políticos, mas mirava em líderes do Executivo e Legislativo em todo o país (Estadão, 21 jun. 2013, p. 18).

“Calado não se muda nada”. [...] “Muita coisa para melhorar”. [...] “Tarifa foi só uma gotinha no oceano”. [...] “As coisas têm de mudar neste país”. [...] “Eles não estão nem aí para a gente” (Estadão, 21 jun. 2013, p. 19-20).

Atos retratam divórcio entre povo e Estado (Estadão, 22 jun. 2013, p. 16).

A agenda de saúde, educação, transporte e outros em adição à querela de má representação política denotam motivações naturais de protestos, mas o rompante e a espontaneidade de junho de 2013 revelaram lutas por projetos de vida postos em xeque pela negligência do sistema ou do arrocho das contradições sociais. Tais projetos de vida, na coletividade que selam as relações da territorialidade insurgente das manifestações cumprem por tornar-se projetos de nação.

Nessa confluência de projetos de vida em projetos de nação, as vozes reproduzidas em diversidade, continuam diversificadas, mas passam a se organizar em um unísono. Unísono esse obtido pela dinâmica de uma territorialidade, isto é, seu caráter relacional, identitário e, aqui, insurgente. É nessa perspectiva que o gigante acorda e seu despertar acaba por revelar as tessituras que firma seus pés.

A cobertura nacional dos atos teve representantes de cada estado, apresentando faixas de participação distintas na configuração geral do volume de protestos pelo território nacional (**Figura 2**).

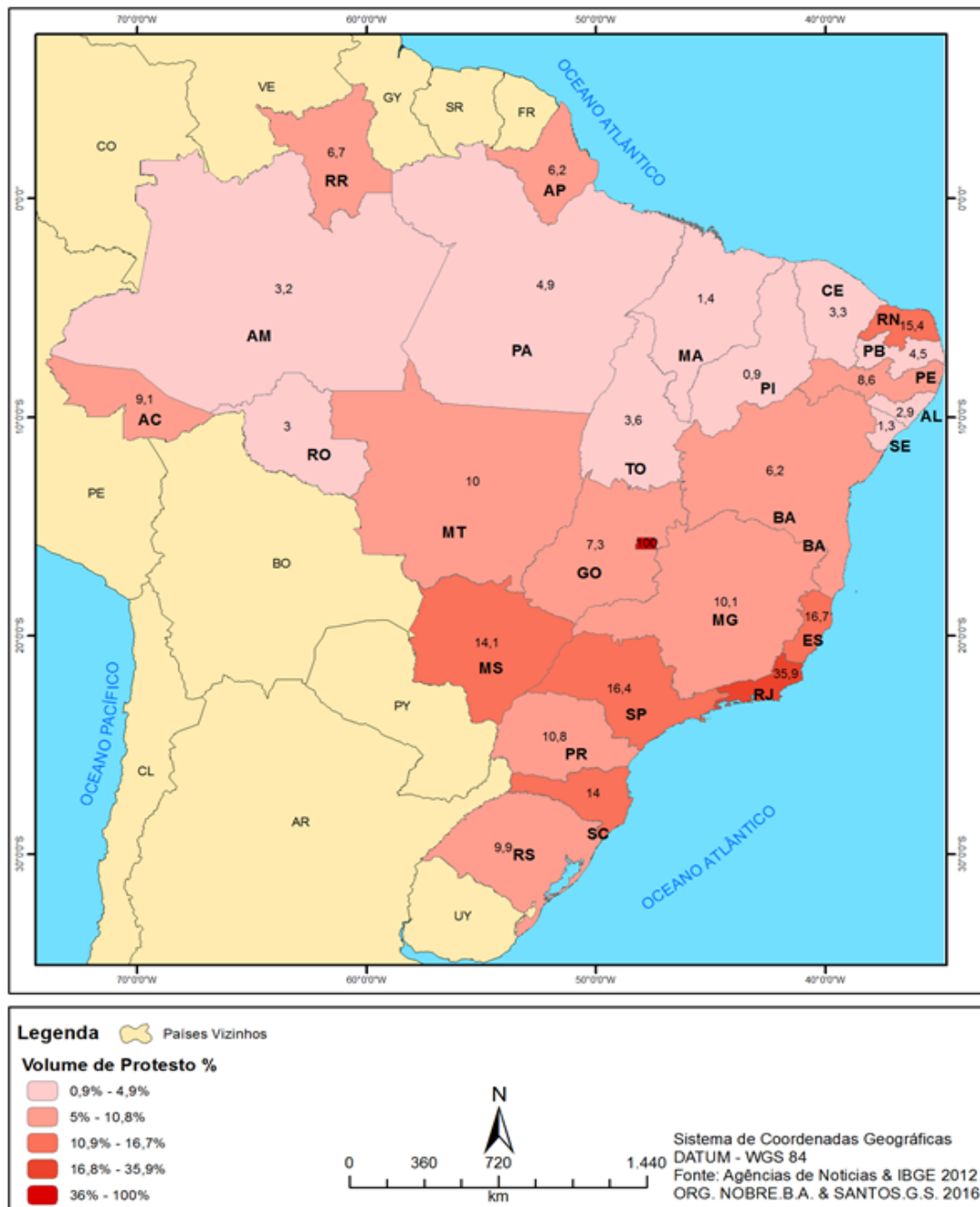


Figura 2: Volume de protestos por estado

A região Sudeste registrou o maior volume de participação nos protestos. Dos 1.668 municípios mineiros, capixabas, paulistas e fluminenses, em 238 foram reportados atos, o que confere à região uma participação de 14,3% de municípios durante o movimento. O Sul do país teve 11,2% (133) de seus 1.191 municípios concentrando atos durante as jornadas de junho.

Numa escala decrescente, a região Centro-Oeste registrou 9,4% (44) de seus 466 municípios participantes, acompanhada da região Norte registrando 5,8% (26) de seus 449 municípios em adesão, tendo a região Nordeste com 1.794 municípios registrado o percentual de 3,8% (69) de participação nos atos.

Entre os 10 estados que registraram maior volume de participação de municípios nos protestos - considerando cada estado isoladamente - estão Rio de Janeiro (35,9%), Espírito Santo (16,7%), São Paulo (16,4%), Rondônia (15,4%), Mato Grosso do Sul (14,1%), Santa Catarina (14%), Paraná (10,8%), Minas Gerais (10,8%), Rio Grande do Sul (9,9%) e Acre (9,1%). A concentração de participação nos protestos, considerando cada estado, foi maior para as regiões Sudeste e Sul.

No percentual geral, 9,2% dos municípios brasileiros registraram manifestações durante as jornadas de junho. A presença de atos em todas as regiões e unidades federativas, mesmo com concentrações maiores no Sul e Sudeste, indicam não apenas a difusão da causa, mas a unidade de sentidos dos atos, pontuando uma tessitura de insurgência patente, cuja latência foi detonada nos eventos de eclosão das manifestações.

Na guerra simbólica que se estabelece frequentemente entre o discurso midiático, a resposta governamental e a opinião pública, a amplitude do movimento e sua aderência pelo país indicava aceitação, confirmação e apoio onde cada novo ato despontava conforme o avançar do calendário da jornada.

Oito em cada dez brasileiros apoiam as manifestações que tomaram as ruas do país na última semana [...] (Folha, 29 de jun. 2013, p. C1).

A territorialidade do gigante desperto difundida pelo território nacional era uma territorialidade de insurgência disposta a levar a vocalização dos atos a termo. As relações sociais face às dinâmicas espaçotemporais que compõem as jornadas, unidas à identidade de projeto que nascia abrupta e irregular - mas não ilegítima ou falsa -, davam a tônica dos atos, permitindo um encadeamento solidário e uma continuidade virtual, já que seu aparelhamento não detinha organização controlável. Tal condição é refletida pelo próprio MPL:

A ação direta dos trabalhadores sobre o espaço urbano, o transporte, o cotidiano da cidade e de sua própria vida não pode ser apenas uma meta distante a ser atingida, mas uma construção diária nas atividades e mobilizações, nos debates e discussões. O caminho se confunde com esse próprio caminhar [...] (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 17-18).

Lefebvre (2008, p. 113) completa:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar delas, e levar até sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual (LEFEBVRE, 2008, p. 113).

3. Considerações Finais

A dimensão espacial foi vital à mobilização. Para que os atos crescessem e assumissem seu status, isto é, comunicassem sua mensagem de forma que a mínima transformação fosse propiciada, o pleito precisava de uma espacialidade que não só escoasse as vocalizações, mas que fosse ela mesma dinâmica de ação. As ruas, as ocupações, as interrupções de fluxos, as vozes e o arranjo de símbolos atrelados a esses atos são um exercício que ganha ressonância a partir do espaço.

Nas jornadas de junho, o espaço é sobretudo exercício. O espaço que apropriado, vivo e desenvolvo toda sorte de relações, é o espaço que reflete meu projeto de vida. Projeto esse que alinhavado com inúmeros projetos dispostos pelo país, arregimentados por uma tessitura territorial insurgente, constituíram o diapasão de eclosão, desenvolvimento e conclusão dos atos.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gehardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DEMATTEIS, G. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. *et al.* (Org.). **I futuri della città – Tesi a confronto**. Milano: Angeli, 1999.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Grupo Folha, 2013.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2012**. v. 72. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Estado, 2013.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Grupo Globo, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-89.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

_____. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVEIRA, M. L. Novos aconteceres, novas territorialidades. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 39-62.